

Reabre o Congresso. Vêm decisões.

Dois grandes assuntos no centro das preocupações do governo: a votação do pacote salarial e a ameaça de rompimento do acordo do PDS com o PTB.

O Congresso Nacional reabre hoje, num clima de grande expectativa para o governo, por causa de dois grandes assuntos: a votação do decreto que estabelece em 80% sobre o INPC o índice máximo de reajuste salarial e a ameaça de rompimentos do acordo entre o PDS e o PTB.

Pela ordem das prioridades, a aprovação do decreto é mais importante. Sobre ele, comentava um dos vice-líderes do governo este fim de semana:

— Afinal de contas, trata-se de uma exigência do FMI. Sua não aprovação poderá redundar em sérias consequências para a economia do País, como, por exemplo, a não liberação de novos empréstimos.

Mas uma coisa está ligada à outra, isto é, o decreto depende, fundamentalmente, para ser aprovado, do não rompimento do acordo com o PTB, que no momento garante a maioria ao governo. Principalmente depois da cisão do PDS, com a eleição da nova direção do partido sem a presença dos deputados dissidentes, liderados por Theodoro Ferraço (o grupo do "PDS do B",

como está sendo ironicamente chamado). Segundo políticos de ambos os partidos, a aprovação do decreto está difícil e dependerá de muita negociação. Além dos integrantes do "PDS do B", a própria deputada Ivete Vargas, presidente do PTB, vem abrindo fogo cerrado contra ele. Isto tudo, com a cerrada campanha que a oposição abrirá contra o decreto a partir de hoje, tornaria sua aprovação muito remota.

O trabalho

Mas o governo passou a última semana do recesso trabalhando no sentido de impedir que o acordo com o PTB seja desfeito. E consta que no decurso desta, uma das três exigências feitas pela deputada Ivete Vargas — a da autonomia política de Santos — seria atendida. As outras duas, congelamento de preços dos gêneros alimentícios e estabilidade total para os trabalhadores, durante a vigência do "pacote salarial", seriam deixadas para discussões posteriores. O ministro Leitão de Abreu, segundo uma fonte do Planalto, acredita que, autorizando o PDS a aprovar a autonomia de



Uma tarefa para Ivete Vargas, Nélson Marchezan e Freitas Nobre: articular o desempenho do Congresso neste segundo semestre.

Santos, garantirá uma prorrogação, ou uma sobrevida, ao acordo.

Mas enquanto o ministro Chefe do Gabinete Civil, ajudado pelo líder Nélson Marchezan, estará lutando para manter a maioria do partido do governo com o acordo firmado com o PTB, outra luta maior terá

de ser continuada pelo novo secretário-geral do partido, deputado Homero Santos: a de reunificação do PDS.

Totalmente fragmentado, depois da difícil eleição da nova executiva nacional, o partido do governo vê suas rachaduras aumentarem com a participação aberta e brusca do general Golbery do Couto e Silva no processo sucessório, dando apoio ao deputado Paulo Salim Maluf (para impedir o crescimento da candidatura do ministro Mário Andreazza), o que está provocando séria irritação na cúpula do Palácio do Planalto.

A oposição

No âmbito da oposição, o processo será muito parecido. Enquanto o líder Freitas Nobre estiver iniciando sua luta para anular o acordo do PTB com o PDS e reconquistar a poderosa aliança com os petebistas (existem três deputados que nunca se conformaram com o acordo: Farabolini Júnior, Jorge Cury e Roberto Jefferson), a direção do partido, liderada pelo ex-senador Teotônio Vilela, está empenhada em não deixar

que as rachaduras existentes no corpo do partido aumentem.

Mas, para os observadores políticos, esta será uma tarefa muito dura. Estas rachaduras são provocadas pela disputa sucessória e, na medida em que esta aumente, elas tenderão a aumentar também. A luta é realmente de confronto: de um lado os chamados moderados, grupo inspirado no governador mineiro Tancredo Neves, que defende a tese de um consenso entre oposição e governo na busca de um nome que possa suceder o presidente Figueiredo (talvez a única forma de anular totalmente o candidato Salim Maluf no colégio eleitoral). De outro a grande maioria do partido, que insiste em lutar para que a eleição seja realizada de forma direta (a grande certeza, para a classe política, de tirar Maluf de qualquer páreo).

E para esquentar toda esta discussão, a semana deverá contar também com um acirrado debate em torno da difícil situação econômica do País e das catástrofes que se vêm abatendo sobre o sul e o nordeste brasileiros.

Chico Dias, de Brasília.